

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 50/XII

“Em Defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores”

30 DE JUNHO DE 2023



INTRODUÇÃO

A 6 de março de 2023, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 50/XII, intitulada “Em Defesa do Teatro Micaelense e dos seus trabalhadores”, cuja primeira signatária é a cidadã Maria Helena Martins do Carmo.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “*cultura*”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.



ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento.

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários referem, em sede de exposição de motivos, que “As cidadãs e os cidadãos que subscrevem esta petição vêm exprimir a sua preocupação face à situação de subfinanciamento que afeta o Teatro Micaelense de Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, pondo gravemente em risco o futuro de uma instituição cultural prestigiada que, por ter permitido que mais gerações de micaelenses tivessem acesso a espetáculos de grande qualidade artística, é particularmente acarinhada pela população da ilha e do arquipélago em geral. Não pode ser esquecido que, para além de ser uma sala de espetáculos, o Teatro Micaelense também desenvolve funções importantes no campo da educação, e oferece os seus serviços como centro de congressos.

Pelo seu valor histórico e arquitetónico, o edifício do Teatro Micaelense foi classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Governo Regional dos Açores, tendo sido objeto, em 2004, de uma intervenção de reabilitação que constituiu um grande investimento público.

Contudo, depois daquela data, que constitui um marco feliz na memória de todos nós, este espaço emblemático tem vindo a sofrer um subfinanciamento cada vez mais grave, especialmente acentuado desde que passou a ser tutelado pela Secretaria da Cultura. Isto significa que, desde 2004, não houve mais nenhuma obra significativa de manutenção, havendo já zonas do edifício cuja utilização está condicionada pelas infiltrações de água em caso de chuva. O



excelente aspeto da zona em que o público assiste aos espetáculos deve-se exclusivamente ao esforço da diminuta equipa do Teatro, visivelmente subdimensionada relativamente às exigências daquele espaço. A isto acresce que estes

20 trabalhadores, alguns dos quais são técnicos altamente qualificados, para além de estarem sobrecarregados com as tarefas que desempenham, continuam a auferir remunerações inaceitavelmente baixas. Estes trabalhadores ganham hoje o mesmo que recebiam há cerca de 20 anos, estando impedida a sua progressão nas carreiras. E estamos a falar de ordenados extremamente reduzidos: mais de metade deles auferem o salário mínimo regional, e os restantes pouco mais do que isso. Como já vinha acontecendo nos últimos anos, também em 2023 as verbas previstas no Orçamento Regional para o Teatro Micaelense não chegam a cobrir as despesas correntes (água, eletricidade, salário, seguros, inspeções obrigatórias, etc.) e a programação.

Os signatários não aceitam que o Teatro Micaelense seja assim condenado a definhir e degradar-se. Não aceitam que se perca o investimento feito em 2004, e sobretudo não aceitam que se perca um lugar tão caro a todos nós, um lugar de cultura, de memórias, de emoções, de afetos: um lugar que deve ser considerado um motivo de orgulho, e como tal deve ser transmitido à próximas gerações. Uma casa de promoção de cultura com tantas provas dadas, e com a dimensão simbólica e histórica que o Teatro Micaelense tem, merece um tratamento diferente: merece, em primeiro lugar, um orçamento que assegure a manutenção do edifício, permita uma programação de qualidade, e respeite e retribua com justiça o profissionalismo e a dedicação dos seus trabalhadores. Vêm por isso os signatários da presente petição pedir que a Assembleia Legislativa dos Açores dê a devida atenção ao problema que assinalam, e promova as medidas necessárias e suficientes para a salvaguarda daquele equipamento cultural de excelência, e para a dignificação salarial dos seus trabalhadores”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS



A Comissão de Assuntos Sociais deliberou, na sua reunião do dia 27 de março de 2023, proceder à audição da peticionária, a cidadã Maria Helena Martins do Carmo, bem como do Governo Regional e da Administração do Teatro Micaelense.

- **Audição da peticionária, a cidadã Maria Helena Martins do Carmo, ocorrida no dia 22 de maio de 2023:**

A primeira peticionária, também delegada sindical do CENA-STE, deu nota que trabalha no Teatro Micaelense desde a sua reabertura, em 2004, após a aquisição do espaço pelo Governo Regional dos Açores e as obras de recuperação e readaptação que foram, naquela altura, levadas a cabo. Para a peticionária, “A situação de trabalhadora do Teatro Micaelense, há quase 20 anos, faz com que seja uma testemunha privilegiada desta segunda parte da vida do Teatro Micaelense”, algo que considera relevante, porque, visto de fora, o Teatro Micaelense não exhibe problemas significativos.

Maria Helena Martins do Carmo referiu que “Desde Setembro de 2004, até hoje, mantém uma atividade permanente, tanto no âmbito das manifestações culturais apresentadas ao público, como no da realização de eventos particulares. E esta atividade (que é enorme) e o grau de profissionalismo com que é executada têm merecido, consistentemente, o reconhecimento de público e de clientes, de artistas e de técnicos. Contudo, o bom funcionamento, visível ao longo destas duas décadas de atividade, ocultava um processo de crescente descontentamento interno, devido à sobrecarga de trabalho que pendia sobre a reduzida equipa e aos baixos salários dos trabalhadores – que se mantinham praticamente inalterados desde 2008. Vários apelos sem resposta junto da administração do Teatro Micaelense e da tutela sedimentaram uma tomada de consciência coletiva, que levou os trabalhadores a iniciarem uma luta mais ruidosa pelos seus direitos, saindo a público, em 2022, para, finalmente, darem a conhecer a sua realidade.”

A peticionária frisou que o descontentamento dos trabalhadores resulta do sucessivo desinvestimento do Governo Regional no Teatro Micaelense, desde 2012, e que ao longo dos anos viu a verba que lhe era destinada reduzir de forma acentuada, sendo a última no valor de 650.000,00€. Com a verba que recebe, o Teatro Micaelense tem de assegurar a sua existência todo o ano, tem de programar e operar, e tem de manter e gerir também o Cine Teatro Miramar, um espaço vital em Rabo de Peixe.



A peticionária asseverou que “20 anos volvidos sobre a obra de reabilitação e a aquisição de equipamentos, é urgente intervir na recuperação do edifício e em novos equipamentos”, recordando que “o edifício, de raízes arquitetónicas do modernismo português, com um traço regionalista, foi classificado como de Interesse Público Regional, o que nos atribui a todos um especial dever de proteção e salvaguarda. O edifício completou 72 anos, no dia 31 de março, e foi remodelado e atualizado há 20 anos. Agora, como é inevitável, apresenta sérios problemas de infiltrações, de térmitas, de conforto, e, entre outros, tem um equipamento de ar condicionado cujos componentes estão descontinuados, o que torna a sua reparação apenas possível na medida em que se encontrem peças na sucata.”

No que concerne aos recursos humanos, a peticionária partilhou que “em março, já houve uma atualização salarial relevante para os trabalhadores do Teatro Micaelense e, das necessidades imediatas no plano laboral, falta agora a valorização do tempo de serviço”.

Aberta a primeira ronda, pediu a palavra a deputada Célia Pereira (PS) que saudou a iniciativa e perguntou se os peticionários tinham o levantamento e respetivos montantes para as obras de maior monta a realizar e solicitou que a peticionária clarificasse a situação do corpo de trabalhadores, no que concerne às atualizações de vencimentos. Por último, questionou se as alterações no Conselho de Administração do Teatro do Micaelense influenciaram o processo negocial mais recente que permitiu a atualização salarial.

Em resposta, a peticionária explicou que o Teatro Micaelense tem dois funcionários para a montagem de equipamentos, mas que também se dedicam à manutenção do espaço, realizando pequenas reparações. Porém, as intervenções estruturantes não podem ser realizadas por eles e nunca houve, nos últimos 20 anos, nenhuma intervenção que permitisse manter em bom estado a estrutura no sentido de evitar problemas maiores, como aqueles que se verificam atualmente, como as infiltrações e as térmitas.

Em relação aos trabalhadores, a peticionária partilhou que nunca houve progressão na carreira e por diversas vezes apelaram, junto da Administração do Teatro Micaelense que houvesse uma atualização salarial, não havendo resposta. Para além desta questão, havia a necessidade de se contratar mais pessoal, mas esta reivindicação também nunca



foi tida em conta. A mudança aconteceu recentemente, com o Governo Regional de Coligação, em que a Senhora Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais foi ao Teatro Micaelense reunir com todos os seus trabalhadores, tendo referido que não havia verbas para a solução de todos os problemas, mas que ia procurar resolver os casos mais urgentes e que depois se prosseguiria com a resolução das questões. Neste seguimento, em março do presente ano, houve uma atualização salarial muito relevante os funcionários do Teatro Micaelense foram equiparados à função pública. A tabela foi atualizada, mas os trabalhadores não progrediram na carreira, pelo que pretendem que esta negociação tenha lugar num futuro próximo.

A complementar a resposta, interveio também o peticionário Aníbal Pires a dar nota que nenhum dos peticionários estaria em condições de apontar o valor da intervenção a realizar, uma vez que este é um levantamento que deverá ser feito por uma equipa especializada, mas garante que quem vê para além dos espetáculos percebe claramente a necessidade de se intervir no espaço e sendo um edifício classificado como Património Regional, deveria haver um maior cuidado para o preservar.

De acordo com o peticionário, o Teatro Micaelense pode até ser potenciado para a realização de produções regionais, levando a cabo uma valorização do que é feito no arquipélago, não somente na ilha a de São Miguel, dando ao espaço uma dimensão regional.

A concluir, referiu que este é um assunto que não deve ser partidarizado, uma vez que se trata de proteger um equipamento cultural da região, convocando a todos para a procura de soluções, não só em termos de obras, mas também no valor do contrato-programa, para que se possa delinear atempadamente o plano de atividades.

Em réplica, a deputada Célia pereira (PS) manifestou a sua concordância em relação às declarações que lhe antecederam e questionou se a atribuição dos salários e a respetiva progressão em termos de carreira estão ou não equiparados à função pública.

Em jeito de esclarecimento, a primeira peticionária deu nota que, em 2008, a Administração do Teatro Micaelense criou uma tabela própria para os funcionários da casa, sem ligação nenhuma à da função pública. Recentemente, com a última atualização em março passado, foi apresentada uma proposta salarial que segue a tabela salarial da função pública, portanto esta questão foi concretizada. De acordo com



a peticionária, falta agora afinar questões, mas há um processo negocial em aberto e vai-se procurar afiná-lo o melhor possível para todos.

De seguida, a deputada Délia Melo (PSD) usou da palavra para congratular o serviço notável prestado pelo Teatro Micaelense. Nesta sequência, disse corroborar com as justas reivindicações dos peticionários, sublinhando que já se verificou um avanço em relação às pretensões destes trabalhadores, nomeadamente através da atualização salarial. Perguntou se a peticionária poderia partilhar os valores auferidos, por categoria, antes e depois da atualização. Ao nível de obras estruturadas, a deputada questionou quais seriam as prioritárias.

Em resposta, a peticionária deu conta de uma situação de um técnico superior que anteriormente auferia 920,24 euros, valor ilíquido, e que agora tem um salário base de 1320,15 euros, valor correspondente à função pública.

Em relação às obras, foram indicadas as infiltrações e as térmitas.

Seguidamente, pediu a palavra a deputada Vera Pires (BE) para questionar qual o valor dos contratos-programa e se há previsibilidade das verbas para o planeamento do ano seguinte. Perguntou, ainda, se está pensado o aumento do número de trabalhadores em quadro e se este aumento é ou não necessário.

A peticionária esclareceu que há, de facto, imprevisibilidade nos valores a receber e que os mesmos dependem de uma decisão governamental, nomeadamente da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais.

Os valores dos contratos-programa têm vindo a diminuir ao longo dos anos e isso reflete-se na qualidade da programação do Teatro Micaelense. Ao mesmo tempo que há um desinvestimento do Governo Regional, há, também, um desinvestimento dos patrocinadores. Antes era possível trazer aos Açores os espetáculos de grande qualidade que existem a nível nacional, como o Teatro de São Carlos e a Gulbenkian. Para além disso, o Teatro Micaelense era um produtor. A peticionária concluiu que o financiamento adequado é fundamental para dar resposta às várias situações, como as obras, os salários e a programação de qualidade e ambiciosa. O Teatro Micaelense tem uma missão e deverá cumprir com a mesma, mas necessita de condições para tal,



incluindo o aumento de número de trabalhadores, porque alguns acumulam funções, embora tenham sido admitidos recentemente mais três funcionários.

Aberta a segunda ronda, a deputada Délia Melo (PSD) interveio para solicitar que a peticionária se pronunciasse acerca da evolução do número de trabalhadores em quadro. Pediu, ainda, que fosse referido o número de trabalhadores que ainda seriam necessários contratar.

A peticionária referiu que não existem situações de precariedade laboral no Teatro Micaelense, porquanto todos os funcionários estão integrados no quadro. Quanto ao número de trabalhadores, disse ser necessário reforçar a equipa técnica, formar alguém para coordenar os eventos, ter mais um funcionário afeto à área da comunicação e, ainda, alguém ligado ao serviço educativo. Explicou que recentemente, em 2022, entraram para o quadro três funcionários. Existem, de momento, 21 trabalhadores, dos quais dois estão em comissão de serviço.

Por último, a deputada Célia Pereira (PS) usou da palavra, afirmando que muitas das questões partilhadas pelos peticionários e levantadas pelas senhoras e senhores deputados estão explanadas nos relatórios de contas. Seguidamente, questionou se, atendendo a toda a possibilidade de serviço público que o Teatro Micaelense pode prestar à região, este merece uma revisão do seu modelo de funcionamento e articulação com os demais congéneres da região e também do país.

Em resposta à questão, a peticionária afirmou que sempre houve cooperação com as estruturas regionais e nacionais, mas que a falta de dinheiro leva ao afastamento das várias partes. Lembrou que o Teatro Micaelense sempre foi uma casa de apoio a vários eventos, como o *Walk and Talk* e o Tremor.

Em complemento, o peticionário Aníbal Pires disse que a revisão seria o ideal, uma vez que se pretende uma política ainda mais articulada e integrada, quer com outras estruturas regionais, quer com as estruturas nacionais. Isso potenciará não só o papel do Teatro e a sua programação, mas também tudo o resto, designadamente ao nível da região. Porém, esta é uma decisão que cabe ao poder político. Não se pode, segundo o peticionário, é estar de costas voltados para outras ilhas e dependentes do continente.



- **Audição da Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, ocorrida no dia 22 de maio de 2023:**

A Secretária Regional Sofia Ribeiro começou por dar nota que o Governo Regional já deu cumprimento parcial às pretensões dos peticionários no que concerne à sua atualização remuneratória. A governante disse estar consciente das necessidades de intervenção a nível de infraestruturas, referindo que os problemas que se prendem com a manutenção dos edifícios públicos são recorrentes, pois foram muitos os edifícios que não sofreram as devidas manutenções e que agora necessitam de uma intervenção mais onerosa, uma situação herdada pelo Governo de Coligação. Estão a ser acompanhadas e devidamente equacionadas as intervenções necessárias em edifícios públicos no seu todo, a nível regional.

Já no que respeita aos contratos-programa e às formas de financiamento, e mesmo sabendo que a receita principal do Teatro Micaelense resulta do contrato-programa, a governante sublinhou que o mesmo, enquanto entidade pública empresarial (EPE), tem outras fontes de receita, como a bilhética e o aluguer de instalações. De acordo com a Secretária Regional, estas verbas também são consideradas para a disponibilidade financeira que o próprio Teatro e a administração tem para fazer face a diversas estas questões.

A governante Sofia Ribeiro lembrou que a atual administração do Teatro tem feito um trabalho muito substancial na diminuição da despesa. Asseverou que há que fazer um estudo mais detalhado e verificar quais são as necessidades e ofertas do mercado para se poder também reposicionar o teatro micaelense nesses termos.

Já no que respeita à condição dos trabalhadores, conseguiu-se resolver um problema que tinha 15 anos, a de atualização salarial dos trabalhadores, o que correspondeu a um esforço conjunto – Conselho de Administração e Governo Regional - que foi feito, mas que também decorre do processo de revisão da estrutura do funcionamento do próprio Conselho de Administração. Havia, também, situações de precariedade laboral, mas que foram já colmatadas. A terminar, a responsável pela área da Cultura partilhou que há a



possibilidade de atualização dos próprios serviços de refeições, como também era pretensão do Conselho de Administração.

Aberta a primeira ronda de questões, inscreveu-se a deputada Délia Melo (PSD) que congratulou o Governo Regional, na pessoa da Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais pelo esforço feito no sentido de ir ao encontro daquelas que eram as pretensões e as reivindicações de longa data dos trabalhadores do Teatro Micaelense. Não obstante já se ter resolvido parte do problema, a deputada lembrou que outros há que carecem de resolução, ciente de que deverá ser feito de forma articulada e ponderada, pois implica sempre um esforço financeiro. Neste seguimento, questionou em que se traduziu a alteração da composição do Conselho de Administração do Teatro Micaelense.

Em resposta, e após explicar a articulação existente entre várias partes, nomeadamente entre departamentos governamentais nas questões com implicações financeiras, referiu que foi feita uma revisão da estrutura daquele Teatro e que, após a saída de uma das administradoras não executivas, houve lugar à sua substituição por outro elemento que não tem remuneração por essa via, uma vez que trabalha também para administração pública regional. Antes disso, também tinha sido feita uma revisão dos seus vencimentos e das gratificações recebidas. Com a conjugação destas duas ações conseguiu-se conter despesas e acomodar uma situação mais favorável para os trabalhadores do teatro, atendendo às situações de maior precariedade.

Seguidamente, interveio a deputada Célia Pereira (PS) que numa referência à audição anterior, explicou que fora transmitido que não existiam situações de precariedade laboral no Teatro Micaelense. Pediu, por tal, esclarecimento à governante sobre as palavras que a mesma proferiu, por se traduzirem numa versão contrária à da peticionária.

Relativamente às obras, disse que os relatórios de contas apresentam obras de manutenção e reparação e a petição alerta para o facto de existirem duas obras mais estruturais - infiltrações e térmitas. Estas obras, por serem de maior dimensão, poderão implicar não apenas um maior financiamento, mas seguramente a suspensão dos trabalhos do teatro, enquanto decorrerem. Assim, questionou se já havia uma avaliação



relativamente a estas necessidades e respetivos procedimentos e até os montantes implicados.

Por último, questionou se as alterações mais recentes no Conselho de Administração do Teatro influenciaram a decisão de atualização salarial dos trabalhadores.

Em resposta, a Secretária Regional explicou que a referência à precariedade se ligava a situações antigas que foram colmatadas agora por este Conselho de Administração em articulação com este Governo, e deu o exemplo de um trabalhador que estava a recibos verdes e que foi integrado recentemente.

No que respeita às obras, o teatro Micaelense apresentou uma estimativa de sensivelmente 300.000 EUR para a resolução dos problemas mais estruturantes. Esta é uma situação que terá de ser equacionada no âmbito da revisão e da análise das urgências que existem ao nível de infraestruturas, de uma forma lata. A governante afirmou que verificará da possibilidade de esta ser uma verba a acomodar no próximo orçamento. Já no que concerne ao Conselho de Administração, a alteração permitiu que se procedesse à atualização de vencimentos dos trabalhadores, algo que não acontecia há mais de 15 anos.

- **Audição da Administração do Teatro Micaelense, ocorrida no dia 20 de junho de 2023:**

A Presidente do Conselho de Administração do Teatro Micaelense, Dra. Maria José Duarte, começou por informar que ao tomar posse, em fevereiro de 2022, o Conselho de Administração do Teatro Micaelense deparou-se com uma dívida bancária de quase meio milhão de euros, confrontou-se também com a necessidade urgente de obras no edifício, porque desde 2004 o edifício não sofreu qualquer intervenção, situação que levou ao aparecimento de diversos problemas que se foram agravando ao longo dos tempos.

Após a exposição de várias situações a necessitarem de intervenção, a convidada referiu que “Todas essas debilidades que já vêm de há muitos anos e que com o tempo se têm agudizado põe em risco o futuro desta emblemática instituição cultural com mais de 70 anos de existência que, para além da atividade cultural educativa, também oferece



serviços como centro de congressos, para além de fazer parte do roteiro turístico de Ponta Delgada.”

A par do referido, e no que toca aos trabalhadores, esta Administração confrontou-se com situações de enorme injustiça, como baixos salários que não sofriam alterações desde 2008. Porém, Maria José Duarte deu nota que a situação foi colmatada em março, altura em que os vencimentos dos funcionários do Teatro Micaelense foram finalmente atualizados, tendo por base a tabela da função pública. Nesta sequência, e na qualidade de Presidente do Conselho de Administração do Teatro Micaelense aproveitou para manifestar a sua satisfação e congratulou a Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, Sofia Ribeiro, e o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, pelo esforço e abertura para que houvesse uma justa atualização dos vencimentos dos funcionários. Da parte do Conselho de Administração, também tem havido um enorme esforço, porque a partir de março do presente ano, a Administração sofreu uma alteração na sua composição, permitindo reduziu a despesa mensal em 1846.24 EUR, um valor ilíquido anual de 25.840 EUR. Maria José Duarte afirmou que uma das grandes preocupações deste Conselho de Administração desde que tomou posse foi, por um lado, reduzir a despesa, sobretudo rescindindo contratos de avença e a prestação de serviço, renegociando contratos com prestadores de serviço, assim como rescindindo contratos de parceria com outras entidades em que o Teatro Micaelense não tinha qualquer contrapartida. Tem sido também preocupação do Conselho de Administração aumentar a receita, através da procura de novos patrocinadores e divulgar a programação exaustivamente para obterem bons resultados de bilheteira.

Desde fevereiro de 2022, já foram admitidos no Teatro Micaelense mais 3 funcionários que vieram colmatar necessidades urgentes, já de longa data, sem qualquer aumento da despesa. Há, ainda, que reforçar a equipa em mais 3 elementos.

A Administração reconhece, porém, que o Teatro Micaelense está subfinanciado. O montante do contrato-programa para este ano é de 675.000 EUR, que não chega para cobrir os custos fixos do Teatro, que ultrapassam os 770.000 EUR.

A terminar, disse que não se pode esquecer o valor arquitetónico e histórico do Teatro, mas a avaliar a abertura e preocupação demonstradas por parte do Governo Regional dos Açores, nomeadamente da tutela sectorial, têm a esperança que muitas das



fragilidades que assolam o Teatro Micaelense deverão ser debeladas nos próximos tempos.

Aberta a primeira ronda, pediu a palavra o deputado Nuno Barata (IL) para confirmar se uma das partes da petição, que tem a ver com a situação dos trabalhadores, está resolvida, ficando apenas por resolver a questão das obras, tendo a informação sido confirmada pela Presidente do Conselho de Administração.

Na segunda ronda de questões, a deputada Célia Pereira (PS) perguntou se já havia um orçamento para as obras que referiu como sendo prioritárias e se as mesmas condicionam o funcionamento do teatro.

Perguntou, de igual modo, se face à existência desse orçamento já preveem a realização dessas mesmas obras.

Por fim, questionou se, no âmbito da pandemia no ano 2000, que possibilitou a realização de obras de manutenção e de reparação, tendo em conta que o teatro se encontrava fechado ao público, se foi aproveitado esse momento para as realizar.

Em resposta, a deputada foi informada que o montante do orçamento é de 311.420 EUR mais IVA. No que respeita às obras de manutenção durante a pandemia, foi confirmado que existiram como acontece durante todo o ano e fora da pandemia. São pequenas obras realizadas pelos colaboradores responsáveis pela manutenção.

De seguida, interveio a deputada Alexandra Manes (BE) que referiu que tem havido um desinvestimento no setor cultural nos últimos anos que importa reverter, porque os agentes culturais e a população ficam prejudicados. Em relação aos trabalhadores do Teatro Micaelense, a deputada perguntou se há alguma novidade em relação à valorização do tempo de serviço por eles prestado, uma vez que não existe progressão na carreira, tendo sido esclarecida que não.

Na terceira e última ronda, usou da palavra a deputada Célia Pereira (PS) que questionou se no âmbito da recente atualização, que teve como referência a tabela da função pública, é possível depreender que a negociação com os trabalhadores chegou a acordo no sentido da referência das respetivas carreiras e categorias passar a ser a da função



pública e não aquela que estava em vigor para os trabalhadores do Teatro Micaelense. Foi esclarecida que ainda não estão definidas as progressões nas carreiras, nem a contabilização dos tempos. Será certamente uma segunda etapa relativamente a atualização, portanto dos vencimentos.

A terminar, a deputada Délia Melo (PSD) solicitou que a convidada confirmasse as datas tanto das últimas obras como da atualização salarial feita aos trabalhadores, ao que foi elucidada que as últimas obras de maior dimensão decorreram em 2004 e a atualização foi recente, mas já não acontecia desde 2008.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 789 cidadãos, dos quais 777 com correta identificação, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento.
2. O bom funcionamento do Teatro Micaelense, visível ao longo das últimas duas décadas de atividade, ocultava um processo de crescente descontentamento interno, devido à sobrecarga de trabalho que pendia sobre a reduzida equipa e os baixos salários dos trabalhadores – que se mantinham praticamente inalterados desde 2008.
3. Vários apelos para a resolução do problema foram feitos junto da administração do Teatro Micaelense e da tutela ao longo dos anos, mas sempre sem resposta.
4. Para além das questões relacionadas com os recursos humanos, também a infraestrutura apresenta vários problemas, sendo os mais sérios os que dizem respeito às infiltrações e térmitas, uma situação que decorre da falta de intervenção no edifício desde 2004, o que levou ao aparecimento de diversos problemas que se foram agravando ao longo dos tempos.



5. Ao tomar posse, em fevereiro de 2022, o Conselho de Administração do Teatro Micaelense deparou-se com os problemas referidos pelos peticionários e, ainda, com uma dívida bancária de quase meio milhão de euros.
6. O novo Conselho de Administração do Teatro Micaelense agiu de imediato no sentido de reduzir as despesas, sendo uma das medidas a alteração na sua composição, permitindo reduzir a despesa mensal em 1846.24 EUR, um valor líquido anual de 25.840 EUR. A poupança foi feita através da não remuneração de um dos elementos do Conselho de Administração, por ser trabalhador da administração pública regional, e pela revisão das gratificações recebidas.
7. O Governo Regional da Coligação já acolheu parte das reivindicações dos trabalhadores, tendo, em março do presente ano, procedido a uma atualização salarial bastante relevante para os funcionários do Teatro Micaelense e reforçado a equipa, por via da integração de mais três trabalhadores em quadro. Ainda assim, os peticionários pedem a contratação de mais trabalhadores e a valorização do seu tempo de serviço.
8. Ao nível das infraestruturas, o Governo Regional mostrou-se consciente da necessidade de intervenção e os processos estão a ser acompanhados. Estão a ser devidamente equacionadas as intervenções necessárias em edifícios públicos no seu todo, a nível regional, que apresentam problemas estruturais devido à falta de manutenção ao longo dos anos, sendo que o Teatro Micaelense não é uma exceção. Verificar-se-á da possibilidade de se inscrever a verba para o efeito no próximo orçamento da Região.
9. O Teatro Micaelense encontra-se subfinanciado. Porém, enquanto entidade pública empresarial (EPE), tem outras fontes de receita, como a bilhética e o aluguer de instalações, que são consideradas para a disponibilidade financeira que o próprio Teatro e a administração tem para fazer face a diversas estas questões.
10. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Ponta Delgada, 30 de junho de 2023.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(Joaquim Machado)